



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Requerimento nº 268, de 2013

(Do Sr. Emanuel Fernandes)

Solicita que seja convidada a Exma. Sra. **IZABELLA TEIXEIRA**, Ministra do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos sobre o Fundo da Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro que, com base no art. 50 da Constituição Federal, e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, seja convidada a Ministra do Meio Ambiente, Sra. **Izabella Teixeira**, para prestar esclarecimentos sobre o Fundo da Amazônia, em especial sobre os recursos disponíveis e projetos em estudo e em fase de execução, bem como os compromissos assumidos pelo Governo.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, por meio de editorial publicado, no jornal “O Estado de São Paulo”, no dia 06 de maio do corrente ano, que mesmo com mais de R\$ 1 bilhão à disposição, o governo simplesmente não consegue realizar os investimentos necessários para frear o desmatamento sistemático da Amazônia.

Diz a notícia:

“Um vexame amazônico

Dos grandes disparates patrocinados pelo governo petista ao longo da última década, o Fundo Amazônia talvez seja um dos mais significativos. Criado em agosto de 2008, esse fundo recebe doações com as quais deveriam ser financiados projetos de preservação da Amazônia. Dois desses doadores são Estados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

estrangeiros, Alemanha e Noruega, o que constitui um óbvio atentado à noção de que a conservação do bioma amazônico, ou de qualquer outra parte do território nacional, é um assunto que diz respeito exclusivamente aos brasileiros. Não bastasse isso, o fundo parece fadado a seguir o padrão de incompetência gerencial do governo petista, pois apenas 11,4% do R\$ 1,29 bilhão doado foi efetivamente usado. Como o prazo estipulado para a utilização dos recursos acaba em dezembro de 2015, o governo corre para negociar mais tempo. O vexame é, portanto, completo.

A existência do Fundo Amazônia já é, em si, uma contradição. Houve um tempo em que os líderes petistas eram os campeões da defesa da soberania nacional sobre a Amazônia, enxergando em todo canto conspirações "imperialistas" para tomar dos brasileiros o seu patrimônio natural. Em 2006, dois anos antes que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinasse o decreto que criou o fundo, o chanceler Celso Amorim bradou que "a Amazônia é patrimônio do povo brasileiro e não está à venda", referindo-se aos "interesses de pessoas, entidades ou mesmo governos estrangeiros com relação à Região Amazônica", preocupados com o fenômeno da mudança climática. Embora eivada de entusiasmo militante, mais apropriado para uma assembleia de estudantes do que para uma manifestação do chefe da diplomacia, a declaração de Amorim foi na direção certa ao enfatizar que a Amazônia é problema dos brasileiros, e de mais ninguém.

O estabelecimento do Fundo Amazônia, porém, foi uma admissão franca de que o Estado, sob a administração petista, era incapaz de cumprir suas obrigações na preservação daquele bioma sem recorrer à ajuda, jamais desinteressada, de governos estrangeiros. Como um país como o Brasil, cuja economia está entre as maiores do mundo, aceita recorrer à ajuda internacional para amealhar os recursos necessários para cuidar de uma parte de seu território?

Os recursos captados pelo fundo estão condicionados à redução da emissão de gases de efeito estufa que resultam do desmatamento. O problema é que os alertas de desmatamento na Amazônia Legal cresceram 26% entre agosto de 2012 e fevereiro deste ano, o que gera "incômodo e desgaste do Brasil no cenário internacional", conforme salientou Adriana Ramos, integrante do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. Para ela, "a imagem que fica é ruim". Como o País aceitou recursos estrangeiros não reembolsáveis, também deve prestar contas do uso desse dinheiro, expondo-se ainda mais à censura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

internacional num assunto que deveria se circunscrever, por óbvio, apenas ao Brasil.

O governo da Noruega, por exemplo, considera que os projetos aprovados até agora não refletem o volume de recursos. Diplomáticamente, disse acreditar que haverá maior celeridade daqui para a frente. Trata-se de uma situação esdrúxula, em que o governo brasileiro deu a um governo estrangeiro o direito de opinar sobre o andamento de iniciativas para a preservação da Amazônia.

Noves fora o evidente comprometimento da soberania nacional, a Noruega tem razão. Mesmo com mais de R\$ 1 bilhão à disposição, o governo simplesmente não consegue realizar os investimentos necessários para frear o desmatamento sistemático da Amazônia.

Como já se tornou habitual em quase todos os quadrantes da administração pública federal, o gigantismo burocrático e a ausência de planejamento retardam ou inviabilizam as soluções dessa grave questão ambiental, dando margem a que estrangeiros se sintam à vontade para palpitar sobre a administração da Amazônia e, por tabela, para tratar dela como se fosse território internacional.”

Portanto, diante dos fatos ora apresentados, entendemos que a presença da Senhora Ministra do Meio Ambiente nessa comissão é de fundamental importância não apenas para o esclarecimento dos fatos como também para que esta Comissão possa contribuir com a solução dos graves problemas acima mencionados.

Sala da Comissão, em de junho de 2013.

Deputado **EMANUEL FERNANDES**
PSDB/SP